

PRECONCEITO LINGUÍSTICO: A MASCARA SOCIAL DO

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA SOCIEDADE

CARVALHO, Patrícia dos Santos
patypedrosa@oi.com.br

ABREU, Ricardo Nascimento (Orientador)
Graduado em Letras Português-Inglês – UNIT
Especialista em Linguística Textual – UFRJ
Mestrando em Educação –UFS
tenascimento@infonet.com.br

RESUMO

É fato inconteste que a língua padrão e a não padrão não são as únicas existentes no universo linguístico. Existem variantes em relação ao sexo, à profissão, à região. Enfim, em tudo o que envolve o ser humano. Não há um ser no mundo igual ao outro, e essa diferença também se manifesta na linguagem. Porém, nenhuma é tão discriminada quanto a variante do português não-padrão. O português padrão foi adotado oficialmente para registrar, escrita e oralmente, todas as manifestações da cultura brasileira: a história, documentos, livros, revistas, jornais, etc. Não existe nenhuma objeção por parte de nenhum autor, cujas obras foram aqui utilizadas em relação a esta escolha. O que existe, e tentamos expor neste trabalho é um imenso preconceito quanto à variedade linguística não-padrão. Esta falta de prestígio leva a variante do português não-padrão a ser ridicularizada. Quando renegamos esta variante, renegamos, também, seus usuários, os ditos sem-terra, sem-renda, sem-escola, sem-trabalho, e pelo preconceito linguístico tornaram-se os sem-língua também.

Palavras-chave: Discriminação, Linguística, Preconceito, Sociedade, Variante.

A língua portuguesa no Brasil, ao contrário do que se imagina, não é uniforme em todo o território. Cada região de nosso país fala o português de uma maneira diferente. A língua sofre variações de toda espécie: de pronúncia, de concordância, de léxico. Assim, os itens lingüísticos encontrados podem ser fônicos, morfossintáticos e lexicais. Enfim, há no Brasil muitas variedades lingüísticas. Dessas variedades existentes foi escolhida uma para representar oficialmente a língua portuguesa. Esta variedade tornou-se então a variedade padrão, ou seja, aquela que obedece a norma padrão ou culta da língua.

Ela foi adotada oficialmente para registrar, escrita e oralmente, todas as manifestações da cultura brasileira: a história, documentos, livros, revistas, jornais e etc..

A variedade padrão é considerada "correta", culta, bonita e desta forma qualquer desvio da norma padrão tende a sofrer discriminação, sendo então, classificado como "errado", inculto, feio. Por ser adotada pelos grupos sócio-econômicos mais privilegiados, a utilização da variedade padrão é muitas vezes indício de status e prestígio, enquanto que a não utilização da mesma é fortemente estigmatizada.

Trata-se de um preconceito lingüístico que acaba por dificultar o ensino da própria língua nas escolas.

Este trabalho tem o objetivo de analisar formas linguagem, chamadas variantes lingüísticas de linguagem padrão, e a não- padrão.

É fato inconteste que estas duas variedades lingüísticas não são as únicas existentes no universo lingüístico. Existem variantes em relação ao sexo, à profissão, à região. Enfim, em tudo o que envolve o ser humano. Não há um ser no mundo igual ao outro, e essa diferença também se manifesta na linguagem. Porém, nenhuma é tão discriminada quanto a variante do português não-padrão.

O português padrão foi adotado oficialmente para registrar a escrita e oralmente todas as manifestações da cultura brasileira: história, documentos, livros, revistas, jornais, etc. Não existe nenhuma objeção por parte de nenhum autor, cujas obras foram aqui utilizadas em relação a esta escolha. O que existe, e tentamos expor neste trabalho é um imenso preconceito quanto à variedade não-padrão. Esta falta de prestígio leva a variante do português não-padrão a ser ridicularizada. Quando renegamos esta variante, renegamos, também, seus usuários, os ditos sem-terra, sem-renda, sem-escola, sem-trabalho, e pelo preconceito lingüístico tornaram-se os sem-língua também.

O QUE É PRECONCEITO LINGÜÍSTICO

Para podermos falar sobre preconceito lingüístico, deveríamos nos questionar sobre a real função da língua. Podemos dizer que a língua nos seus primórdios tem a função de intermediar os pensamentos que servem de base para a comunicação entre as pessoas. A língua serve para comunicar, para se fazer entender. Então se disséssemos, no Brasil: "tudo corrêro quando o boi se soltou-se", estaríamos não sendo compreendidos? Estaríamos falando outra língua que não a portuguesa? Ou de fato estaríamos falando outra língua, a brasileira?

As pessoas falam para serem "ouvidas", às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos lingüísticos.

Preconceito, segundo Dicionário Aurélio Buarque de Holanda é, "idéia preconcebida, suspeita, intolerância, aversão a outras raças, credos, ou religiões. (Novo Dicionário Aurélio Buarque de Holanda). Portanto, Preconceito Lingüístico, seguindo essa linha de definição e baseando também em autores lingüistas que defendem essa idéia, vem a ser como para Bagno (1999) "um resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica". (Bagno, 1999, p. 13). Para Gnerre (1991), em seu livro *Linguagem, Escrita e Poder* o Preconceito Lingüístico é usado para elitizar a comunicação, tornando, assim, mais difícil a compreensão das leis por aqueles que não utilizam a forma culta para se comunicar, facilitando a dominação. Por isso, Bagno começa por dizer que tratar da língua é "tratar de um tema político" (Bagno, 1999, p. 9) ressaltando que só existe língua se houver seres humanos que a falem. A comunicação, portanto, dá-se numa linguagem culta ou coloquial, dependendo somente de quem fala e de quem ouve.

Devido a essa politização da língua, é que a sociolingüística, através desses representantes, entra em defesa contra esse preconceito que atinge a língua portuguesa brasileira e diretamente discrimina seus falantes, principalmente os da classe menos privilegiada. Essa discriminação preconceituosa se dá porque estamos envolvidos em um "jogo" de certo e errado que domina a nossa sociedade em relação à língua.

DISCRIMINAÇÃO LINGÜÍSTICA NA SOCIEDADE

Os cidadãos, apesar de declarados iguais perante a lei, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida. A maioria dos cidadãos não tem acesso ao código, ou às vezes, tem uma possibilidade reduzida de acesso, constituída pela escola e pela "norma pedagógica" ali ensinada.

A discriminação social começa, portanto, já no texto da Constituição. Não se trata de dizer que a Constituição deveria ser escrita em Língua não-padrão, mas sim que a Língua Padrão fosse acessível a todos, independente da condição social, pois como afirma Bagno (1999): *Da mesma forma como existem milhões de brasileiros sem terra, sem escola, sem teto, sem trabalho, sem saúde, também existem milhões de brasileiros sem língua*, (Bagno, 1999, p. 16) e completa dizendo que "são chamados de 'os sem língua' por não terem acesso à língua ensinada na escola". Bagno, (1999, p. 16). Sendo a língua, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN, 1997, P.24) "Um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade", então o homem é um ser social, historicamente falando, isto quer dizer que, como na Ciência, História, Geografia ..., a língua também sofre alterações no passar dos tempos através da necessidade que o homem tem de realizar mudanças.

Para afirmar que existe Preconceito Lingüístico no Brasil, Bagno se contrapõe a Darcy Ribeiro quando diz:

É de assinalar que, apesar de feitos pela fusão de matrizes tão diferenciadas, os brasileiros são hoje, um dos povos mais homogêneos lingüística e culturalmente e também um dos mais integrados socialmente da Terra.

Falam uma mesma língua, sem dialetos. (Bagno apud Darcy Ribeiro, 1995, 1999, p. 15).

Para Bagno, esse é um "(pré) conceito irreal da unidade Lingüística do Brasil" pois, para ele, no Brasil há sim, diversidade e variabilidade da Língua Portuguesa que precisa ser respeitada. Bagno cita em seu livro "Preconceito Lingüístico", palavras de Stella Maris, num artigo publicado com o título "Problemas de Comunicação interdialetoal" no qual diz:

A idéia de que somos um país privilegiado, pois do ponto de vista lingüístico tudo nos une e nada nos separa, parece-me, contudo, ser apenas mais um dos grandes mitos arraigados em nossa cultura. Um mito por sinal, de conseqüências danosas, pois na medida em que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de diversas variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los. (Bortoni-Ricardo, 1984, citado por Bagno, 1999, p. 18).

Tomando também por base essas palavras, Marcos Bagno diz que o fato de no Brasil o Português ser a língua da imensa maioria da população, não implica automaticamente que esse português seja um bloco compacto, coeso e homogêneo. Continua ainda em defesa dessa idéia, ilustrando de maneira muito interessante a diversidade lingüística do nosso país.

Apesar de sua diversidade, a Língua Portuguesa não deixa de ser nossa língua, porém cada indivíduo em seu meio/região, adapta-se à sua maneira de comunicação. Bagno concorda com Sergio Nogueira (1990) quando fala em seu livro "Língua Viva" sobre uma questão a qual ouviu em uma de suas viagens: "Onde se fala o melhor português? Só pode ser em Portugal" Sérgio ainda comenta dizendo: "Já viajei muito pelo Brasil e já estive em todas as regiões. Sinceramente, não sei onde se fala melhor. Cada região tem suas qualidades e seus vícios de linguagem". (Nogueira, 1997, p. 65). Sendo assim, a idéia de que brasileiro não sabe Português, porque português é muito

difícil, por isso pessoas sem instrução falam tudo errado e de que o certo é falar tal como se escreve, para Bagno é um mito muito preconceituoso em nosso país, e isso nos leva a pensar numa imposição da língua em que a Gramática Normativa seja superior à comunicação do ser humano. Essa idéia de que brasileiro não sabe falar Português, trata-se de uma grande bobagem, infelizmente transmitida de geração em geração pelo ensino tradicional da Gramática na escola.

Bagno (1999) afirma que brasileiro sabe falar português sim, e explica essa afirmativa dizendo que "nosso português é diferente do português falado em Portugal". (Bagno, 1999, p. 23) Por termos sido colônia de Portugal, foi mais cômodo dar-se o nome à nossa língua de Português, sendo o que tenha levado a isso, o próprio curso da história. Devido à visualização das alterações da Língua Portuguesa, no passar dos anos, é que nossa língua sendo viva sofre mudanças e é por isso que alguns lingüistas, hoje, preferem denominar nossa língua de: português brasileiro, mostrando que ela não é e nem poderia ser o Português de Portugal porque não vivemos lá e sim aqui.

O autor, em sua principal obra, descreve a existência de um círculo vicioso de preconceito lingüístico composto de três elementos: o ensino tradicional, a gramática tradicional e os livros didáticos. Na visão de Bagno, isso não funciona assim, "a gramática tradicional inspira a prática de ensino, que por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores, fechando o círculo, recorrem à gramática tradicional como de fonte de concepções e teorias sobre a língua", diz o autor. A maneira como o ensino é administrado tem sido estudada pelo Ministério da Educação e nos Parâmetros curriculares nacionais reconhece que há muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-

padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e, quando são, são objetos de avaliação negativos. Bagno cita o quarto elemento como sendo os comandos paragramaticais, ou seja, todo esse arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programadas de rádio e de televisão, colunas de jornal e de revista, cd-rom, "consultórios gramaticais" por telefone e por a fora, que é a "saudável epidemia" citada por Arnaldo Niskier.

Hoje, no campo da língua o elitismo é tão forte hoje quanto era há oitenta ou cem anos atrás. E Marcos Bagno (2003) (citando James Milroy) comenta: "numa época em que a discriminação em termos de raça, cor, religião ou sexo não é publicamente aceitável, o último baluarte da discriminação social explícita continua a ser o uso que uma pessoa faz da língua".

De acordo com Bagno, o formidável poder de influência dos meios de comunicação e dos recursos da informática poderia ser de grande utilidade se fosse usado precisamente na direção oposta: na destruição dos velhos mitos, na elevação da auto-estima lingüística dos brasileiros, na divulgação do que há de realmente fascinante no estudo da língua.

Ainda temos a autora Maria Eugênia Lamoglia Duarte (1998), que nos chama a atenção para a falsa idéia de que o é Brasil um país monolingüe, e esse fator ainda é extremamente veiculado, seja pela escola, seja pelas instituições sociais, políticas ou religiosas, seja pela mídia. A aceitação de um Brasil monolingüe gera um grave problema, "pois na medida em que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de diferentes variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los"

(Bortoni-Ricardo, 1984, p. 9). Paradoxalmente, com tantas referências aos povos indígenas na imprensa devido à comemoração dos "500 anos de Brasil", ainda nos esquecemos das línguas indígenas.

Para a aurora também não levamos em conta as variantes do português em contato com idiomas estrangeiros nas colônias de imigrantes. Por fim, não são consideradas todas as variantes lingüísticas do português, sejam regionais ou sociais. Ainda dá status falar "corretamente", na idéia ingênua de que a língua dita culta é uma ponte para a ascensão social. Quem não domina a variante padrão é marginalizado/a e ridicularizado/a: na hora de preencher uma vaga profissional, num concurso vestibular, numa situação de conferência, na escola. Essa variante padrão, no entanto, é reservada a uma ínfima parte da população brasileira (a mesma que detém o poder econômico e político). Não é difícil perceber que o modo de falar "correto" é aquele dessa elite e que o modo "errado" é vinculado a grupos de desprestígio social.

Voltando a Marcos Bagno (1999), há no Brasil uma "mitologia" do preconceito lingüístico, que prejudica toda a nossa educação e nossa formação enquanto cidadãos para além de um termo teórico. Bagno enumerou oito mitos que, no conjunto, servem para solidificar e transmitir a visão (essa sim, errada) de que o Brasil apresenta uma unidade lingüística e que são os/as brasileiros/as que não sabem falar português corretamente (portanto, não há dialetos, variantes, mas sim deformações do português).

Do ponto de vista científico, tais afirmações chegam a ser ridículas e só conseguimos defendê-las a partir de argumentos como: "é certo falar/escrever assim porque assim ensina a Gramática", "é correto isso porque em Portugal se faz dessa

maneira", "essa forma é feia, não soa bem, não é de bom tom". A eleição de uma variedade "cultura", padrão tem a ver com causas políticas e históricas, não lingüísticas strictu sensu. Ao estudar com seriedade e sem preconceitos a língua, o que percebemos é que todas as variantes são "corretas", que todos sabem gramática e que há regularidades no que se convencionou chamar de "erro" gramatical.

Outro equívoco que contribui para a disseminação do preconceito lingüístico é restringir à gramática o ensino da língua. Cada vez mais acredita-se que o domínio da gramática normativa garante leitores/escritores críticos e ativos. Essa falsa noção é largamente difundida, tanto na escola, como em inúmeros manuais "inovadores", colunas de jornais e programas de rádio e televisão. Não é preciso muita investigação científica para desmistificar tal noção. Ao descrever seu objeto de estudo, os gramáticos têm a falsa idéia de que o compreenderam. Exclui-se, dessa forma, todas as variáveis que interpelam a linguagem e a constituem (fatores biológicos, sociais, históricos, políticos, culturais, afetivos etc.).

O preconceito lingüístico acaba sendo mais uma arma daqueles que mantêm o poder em suas mãos. A marginalização lingüística restringe o acesso a documentos vitais ao cidadão, como a constituição e os contratos. A cidadã ou o cidadão que não domina a variedade padrão está privado de seus direitos.

A importância de se trabalhar explicitamente com o preconceito lingüístico pode ser expressa pelo que diz Guacira Lopes Louro (1997):

Dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente - tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito 'natural'. Seguindo regras definidas por gramáticas e dicionários (...) supomos que ela é, apenas, um eficiente veículo de comunicação. No entanto, a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças (LOURO, 1997, p.65).

O que se vê, no entanto, é a abordagem assistemática e até mesmo a omissão da questão. Os manuais, quando se referem a variedades lingüísticas, deixam transparecer que são peculiaridades da fala, que devem ser evitadas em situações formais ou na escrita. Apesar da maioria dos livros didáticos não apontarem mais a fala como o lugar do erro.

Há uma clara tendência à valorização da linguagem formal, ressaltando seu uso em instâncias públicas e como instrumento de poder. Como se vê, os manuais didáticos adotam o conceito de "adequação" proposto pelos PCN, ensinando uma língua e uma linguagem desvinculadas da realidade e preconceituosas. Pelos manuais analisados e baseando-nos no estudo que Marcuschi (1997) fez de mais de 50 livros didáticos, podemos afirmar que a escola ainda se esquece da diversidade cultural e lingüística de seus alunos e alunas.

O USO DA GRAMÁTICA COMO FORMA DE DISCRIMINAÇÃO

Um ensino gramaticalista abafa justamente os talentos naturais, incute insegurança na linguagem, gera aversão ao estudo do idioma, medo à expressão livre e autêntica de si mesmo.

Perini (1997) chama a atenção para a "propaganda enganosa" contida no mito de que é preciso ensinar gramática para aprimorar o desempenho lingüístico dos alunos. E Possenti (1983), lembra-nos que as primeiras gramáticas do Ocidente, as gregas, só foram elaboradas no séc.II a. C., mas que muito antes disso já existia na Grécia uma literatura ampla e diversificada.

O que aconteceu ao longo do tempo, foi uma inversão da realidade histórica. As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como "regras" e "padrões" as manifestações lingüísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados. Ou seja, a gramática normativa é decorrência da língua, é subordinada a ela, dependente dela.

Não é a gramática normativa que "estabelece" a norma culta. A norma culta simplesmente existe como tal. A tarefa de uma gramática seria, isso sim, definir, identificar e localizar os falantes cultos, coletar a língua usada por eles e descrever essa língua de forma clara, objetiva e com critérios teóricos e metodológicos coerentes.

Não é a gramática normativa que vai "garantir a existência de um padrão lingüístico uniforme". Esse padrão lingüístico como já dissemos, existe na sociedade, independentemente de haver ou não livros que o descrevem.

Esse mito está ligado à milenar confusão que se faz entre a língua e gramática normativa. Mas é preciso desfazê-la. Não há por que confundir o todo com a parte." A gramática normativa é um igapó. Na Amazônia, igapó é uma grande poça de água estagnada às margens de um rio, sobretudo depois da cheia. Enquanto a água do rio/

língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/ gramática normativa envelhece e só se renovará quando vier a próxima cheia."(BAGNO,2002)

Dizer que a norma culta é um instrumento de ascensão social não condiz com a realidade brasileira, porque, se fosse assim, os professores de português estariam com grande poder econômico e político, mas isso não acontece – muito pelo contrário.

As desigualdades sociais brasileiras são profundas. O acesso à norma lingüística culta não é uma fórmula mágica que irá resolver sozinha todos os problemas sociais, mas se estiver acoplada aos bens culturais, ao acesso à saúde e à habitação, ao transporte de boa qualidade, à vida digna de cidadão merecedor de todo respeito, quem sabe alguns passos serão dados para melhoria e para a transformação da sociedade como um todo.

O preconceito lingüístico é irmão do círculo vicioso da injustiça social. Essas crenças insustentáveis produziram práticas de mutilação cultural.

A língua deve ser entendida como o reflexo de um povo, estigmatizá-la é o mesmo que denegrir a imagem dos que falam. Seria um ato criminoso dizer que a língua calunga, o falar nordestino e tantas variantes lingüísticas, são uma forma medíocre de falar, não, definitivamente não é, porque esse povo não é medíocre é a parte mais rica e digna da nossa sociedade.

Um exemplo curioso é José de Alencar – autor de "O Guarani" e de "Iracema". Podemos dizer que era fora da realidade que seus personagens nativos, eram aculturados

demais, mas jamais podemos pôr em dúvida seu amor pela pátria, seu nacionalismo, valorizava o português brasileiro e por isso mesmo era tido como alguém que escrevia "mal o português". Uma ironia sublime dizer que Alencar escrevia mau o português.

CONCLUSÃO

O presente trabalho tem a proposta de ressaltar a importância de ambas: língua padrão e não-padrão, desmetificando o preconceito social em relação aos que não falam a língua tida como culta. A língua escrita idealmente gramaticalizada é a forma eleita pelo homem em sociedade para manifestar numa dimensão deôntica, o "deve ser" da língua.

O conhecimento da língua é constituído de vários saberes. Cabe ao professor de português, tornar o aluno um poliglota em sua própria língua, capaz de adequar o seu discurso ao nível do seu interlocutor, às exigências das circunstâncias, e de ler e compreender os vários tipos de textos, os modos de dizer perfeitamente aceitos quando usados no lugar e hora adequados.

Deste modo, torna-se imprescindível colocar a língua no patamar de unificadora de homens. Ao invés de pô-la na condição mesquinha de separadora de classes.

Os falantes do Português clássico tidos como cultos e detentores da forma ideal da cultura tida como castiça e venerada.

Os falantes do Português das ruas do Brasil como os excluídos, os que não sabem falar nem escrever. Os que não tem nada a dizer. E perdemos assim a oportunidade de aprendermos valiosas lições de vida e de cultura inata e nativa.

O que o preconceito lingüístico tem feito até hoje é ultrajante, tenta subjugar e calar a voz da maioria. Envergonhar o que merece glórias. Alijar do contexto social alunos e seres humanos de valor inestimável.

Não é esta a função da linguagem, muito pelo contrário, é unir e compartilhar conhecimentos entre homens.

Bagno (2002) foi de um valor inestimável ao enumerar e dissecar os preconceitos lingüísticos existentes no Brasil. No entanto, a mídia tem se mostrado bastante eficiente no auxílio a manutenção desses dogmas e sofismas lingüísticos, freqüentemente vemos a bandeira dos preconceitos lingüísticos sendo levantada por renomados gramáticos, gramáticos estes feitos pelo poder da influencia dos meios de comunicação.

Portanto, preconceito lingüístico à luz das terras lusitanas e não lusitanas, especialmente com relação a concordância verbal na escrita padrão, só tem a sua razão de ser na idealização, cega dos fatos lingüísticos, que cria uma falsa realidade, com aspecto de verdade imutável, tristemente assimilada pelos membros de todas as comunidades de fala nos mais longínquos recantos da nossa terra.

A mídia inegavelmente é fundamental na vida de uma sociedade, se ética e se comprometida com a verdade, caso contrário é perniciosa e pode criar verdades, falsear fatos, moldar a opinião pública. E o que este estudo tentou mostrar foi o quanto que os meios de comunicação tem se esforçado para manter a linguagem do povo no escalão mais baixo, aliada ao comando paragramatical insistem taxar como errada e corrompida essa variante lingüísticas em se ater ao fato que assim agindo agridem e amordaçam a voz dos usuários da variante lingüística mais falada do Brasil.

A gramática normativa reflete o pensamento de uma elite imaginária, muitas vezes baseado em textos escritos por pessoas de prestígio. É a codificação da linguagem falada ou escrita dos que exercem o poder social, político e econômico. Assim estigmatizar a linguagem popular foi uma possível maneira de demarcar diferenças sociais no seio da comunidade. A língua usada como uma linha divisória entre ricos e pobres, ou novos ricos, ou ex pobres, letrados e ignorantes, desta forma a língua torna-se um fator extremamente importante na identificação de grupos, servindo também como uma linha divisória entre classes sociais diferentes.

O um mau professor de português trabalha para a ditadura política porque ensinar gramática normativa é acima de tudo uma atitude política e a atitude do professor na sala de aula é fundamental no processo ensino aprendizagem da gramática normativa. Para bem ensinar, além de uma atitude sem preconceitos e respeitos, o professor tem de estabelecer outra relação com ensino da gramática normativa, seja ela antiga ou moderna, atualizada não atualizada.

A subjugação verbal não consiste apenas no uso da força bruta. Quando se retira a língua de um povo, categorizando-a como errada, estamos tirando também a sua voz.

Enfim o ensino da língua portuguesa falada no Brasil deveria ser uma matéria escolar prazerosa que levasse em conta a língua como um todo e não apenas visasse uma faceta, a rígida regra gramatical normativa da língua portuguesa que precisa ser atualizada. E para isto mais pesquisas lingüísticas que envolvam comparação entre língua falada e língua escrita, sem falar nas diferenças sociais e geográficas, têm de ser empreendidas. Não se trata de substituir uma pela outra; trata-se, sim, de ver sua semelhança e diferenças. Não se pode confundir fala com escrita. São atividades correlacionadas, mas distintas; e uma não implica necessariamente a outra.

Essa obsessão pelo ensino pelas regras da gramática normativa, que estabelece a língua culta que pouquíssimos falam, acaba por tornar complicado o que é fácil, colaborando para a evasão escolar e para o aumento da ignorância lingüística que assola o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 11. ed. São Paulo: Contexto-2001.

_____. **Preconceito Lingüístico**. O que é, como se faz? 12. ed. São Paulo; Edições Loyola 2002.

_____. **A norma oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

PERINI, M. N. **Para uma nova gramática do português**. São Paulo: Ática, 1985.

PERINI, Mauro. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática 1997.

POSSENTI, Sírio. **Gramática e Política**. In: NOVOS ESTUDOS CEBRAP, V. 2, nº3 p. 64-69, nov. 1983.